

EE326466546189/2018/SRI

São Paulo, 27 de março de 2018.

**Ofício;
Embaixadoras e Embaixadores dos países membros da União Européia no Brasil
Brasília - DF**

Senhoras Embaixadoras e Senhores Embaixadores,

A Central Única dos Trabalhadores – CUT, mais representativa central sindical do Brasil, tem manifestado em reiteradas ocasiões sua profunda preocupação com a gravidade da crise política, econômica e social que enfrentamos hoje em nosso país. O esgarçamento do tecido social brasileiro tem levado a uma escalada dos assassinatos de líderes políticos, sindicalistas, camponeses e defensores dos Direitos Humanos. O Brasil e o mundo reagiram com perplexidade e revolta diante do último e dramático acontecimento desse contexto – a notícia da brutal execução da vereadora Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes, no último dia 14 de março, na capital do estado do Rio de Janeiro. Esse inaceitável ataque aos Direitos Humanos, a democracia e ao Estado Democrático de Direito, aconteceu na vigência de uma intervenção federal altamente militarizada no Estado do Rio de Janeiro, decretada pelo Presidente, de maneira improvisada e amadora, sem qualquer forma de diálogo social e com objetivos marcadamente eleitoreiros e de propaganda política – ignorando que a violência tem múltiplas causas e sem investimentos sociais e culturais, além de oportunidades de emprego e renda não será possível combater efetivamente a violência e a crise política e econômica vigente em todo o Rio de Janeiro.

Somos um país historicamente assolado por grandes desigualdades, mas, que no período dos governos dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, viveu um período de crescimento econômico com inclusão social, que propiciou, pela primeira vez na história, a exclusão do país do mapa global da fome – relatório global da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Principalmente a elevação sistemática do salário mínimo, a geração de empregos e a adoção de programas como o Bolsa Família, foram os instrumentos de elevação do consumo da população brasileira mais pobre.

Além da questão social, outro importante aspecto que marcou os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff foi o fortalecimento da presença do Estado nas áreas de desenvolvimento produtivo – através da formulação de uma política industrial adequada ao país e a região, com maior financiamento em ciência e tecnologia e ativa participação em negociações internacionais regionais e multilaterais, com vistas a incrementar o comércio e os investimentos externos em nosso país. Investimentos que sempre contaram com o apoio público e a quem se requereu coerentes e razoáveis contrapartidas.

Com o fraudulento processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e a consequente ruptura institucional tudo isso foi abrupta e grosseiramente interrompido e, no prazo de um ano, o país retrocedeu uma década no que diz respeito a sua situação econômica, política e social e mais de 70 anos no que se refere às relações trabalhistas.

Estamos hoje sob o comando de um governo que não tem legitimidade e nem credibilidade, num regime de exceção em que os poderes da República, o Executivo, o Judiciário e o Legislativo negligenciam sua responsabilidade com as leis, os interesses da população e o futuro da nação. As medidas do governo golpista aprofundam a recessão econômica, exterminam as políticas públicas voltadas para a área social, ampliam a desorganização social e a violência e flexibilizam direitos sociais e trabalhistas. Além disso, a inconstitucional e odiosa caçada judicial contra o Presidente Lula da Silva é marca indelével que o conluio golpista não tem apreço nenhum aos Direitos Humanos – ao patrocinar um processo judicial, marcado por uma série interminável de ilegalidades processuais e desrespeito grosseiro ao devido processo legal e ao princípio do contraditório e da ampla defesa – e à soberania popular – na medida em que pretendem impedir o líder de todas as pesquisas eleitorais de participar e concorrer do processo eleitoral, realizando, dessa maneira, eleições presidenciais meramente formais. Não seria exagero afirmar que não estamos mais na vigência plena da democracia e do Estado Democrático de Direito em nosso país, à medida que presenciamos recentemente hostilidades promovidas por grupos fascistas contra a caravana realizada pelo ex-presidente Lula aos estados do Sul do Brasil.

As emblemáticas expressões dessa política anti-nação e anti-povo foram: a aprovação da Emenda Constitucional 55 em dezembro de 2016, que limita o aumento dos gastos públicos à variação da inflação por 20 anos e a lei 13467/17 aprovada em abril de 2017 e ironicamente denominada de Reforma Trabalhista. Uma lei que altera mais de 100 artigos de CLT e outros vários artigos da Constituição. Particularmente queremos alertar os riscos que a nova legislação trabalhista representa não só para os trabalhadores – que perdem a maior parte dos direitos históricos – como também para as empresas, pois da forma como foi feita não traz segurança jurídica. A seguir explicaremos nosso ponto de vista.

Em nota técnica, a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho chamou a atenção para o fato que, embora a nova legislação não faça alteração de artigos da Constituição, a mesma esvazia e fere direitos e garantias constitucionais, previstos como direitos sociais fundamentais no artigo 6º e o artigo 7º da Constituição, incluindo os direitos dos trabalhadores como direitos sociais que visam à melhoria de sua condição social. Neste sentido, a insegurança jurídica tenderá a aumentar na medida em que os próprios magistrados do trabalho entendem a nova lei como inconstitucional.

Sob o disfarce de valorização da negociação coletiva através da prevalência do negociado sobre o legislado, a reforma trabalhista é uma armadilha e fere a Constituição, pois o princípio da norma mais favorável tem status constitucional. A partir deste entendimento, as convenções e acordos coletivos do trabalho têm função eminentemente protetora, sendo sua finalidade básica melhorar a condição do trabalhador, ampliar e elevar direitos, não reduzir o que hoje é garantido em lei.

A CUT acumulou, em todos esses anos, um conjunto de propostas concretas para efetiva “modernização” da legislação trabalhista que sempre se dispôs a debater com o Governo e o Legislativo. Através dos sindicatos filiados, das confederações e federações, estamos sempre abertos e dispostos a negociar mudanças nos processos de trabalho tendo como objetivo mais produtividade, melhores salários e condições de trabalho e o respeito aos princípios das normas trabalhistas universais que defendemos, assim como também defendem a totalidade dos sindicatos da União Europeia. Nós sempre defendemos a

negociação coletiva como forma relacionamento com as empresas e sempre afirmamos que isso só seria possível com o fortalecimento da organização sindical e democratização das relações de trabalho. E a nova lei do governo golpista pretende justamente destruir tudo isso. Transformando o Brasil num país em que impera a maquiagem e o dumping social. Em um cenário marcado por esses graves retrocessos sociais e econômicos e ameaças cada vez mais ostensivas aos Direitos Humanos, as tratativas para um acordo União Europeia/MERCOSUL parecem avançar. A CUT reitera sua forte oposição à falta de transparência em que vem sendo discutidos os termos desse acordo e alerta para o risco que significa uma discussão de tamanha importância ser realizada em uma conjuntura política tão precária e de tal gravidade.

A CUT sempre estará disposta a reforçar o diálogo social de mais alto nível com os membros da União Europeia em torno de princípios como a defesa dos Direitos Humanos, da democracia e do desenvolvimento sustentável e de uma política econômica que estimule o crescimento da produção e o emprego, reduzindo o desemprego, aumentando o peso da renda do trabalho na economia nacional e a arrecadação do governo, promovendo um novo ciclo virtuoso de crescimento, inclusão social e desenvolvimento.

Cordialmente,

Vagner Freitas – Presidente

Sergio Nobre – Secretário Geral

Antonio Lisboa – Secretário de Relações de Internacionais